

# Credores exigem pedido de perdão

Os bancos credores do Brasil exigem que o governo faça um pedido formal de *waiver* (perdão) pelo não cumprimento da cláusula do último acordo do reescalonamento da dívida que previa para este ano operações de *relending* (reempréstimo) no valor de US\$ 1,7 bilhão. As reuniões do comitê coordenador dos bancos credores para analisar a situação brasileira foram suspensas até que o pedido formal seja apresentado, mas os banqueiros não adiantaram se pretendem pedir algo em troca da concessão do *waiver*. Além disso, os banqueiros aguardam também informações mais detalhadas sobre o que o Brasil pretende fazer com as conversões.

O telex assinado pelo ministro Mailson da Nóbrega e pelo presidente do Banco Central, Elmo Camões, destinado à comunidade financeira internacional e enviado a todos os bancos credores do Brasil, foi redigido, na verdade, com auxílio dos banqueiros que integram o comitê coordenador da dívida brasileira. Um banqueiro disse que esse procedimento é normal e que os representantes brasileiros também ajudaram a redação de outro telex, assinado pelo próprio comitê e enviado aos bancos. Na mensagem, Mailson e Camões se comprometem claramente a continuar cumprindo o resto do acordo, exceto no que diz respeito ao *relending*.

O governo brasileiro esperava que a solução das divergências com os bancos fosse mais simples. No telex, de acordo com a cópia entregue ao *JORNAL DO BRASIL* por um banqueiro, o governo diz que "o apoio pedido à comunidade financeira internacional não representa um recuo dos compromissos previamente assinados com os bancos". O Brasil acredita que aqueles acordos (com os credores) devem ser suficientemente flexíveis para permitir mudanças necessárias, no interesse da luta contra a inflação e na recuperação do crescimento.

O telex que os banqueiros do comitê ajudaram o governo brasileiro a escrever ("trata-se de uma prática normal", segundo o porta-voz de um dos principais credores do Brasil) serviu para explicar também as linhas gerais do programa econômico, inclusive a reforma financeira e o destaque para a privatização e "a adoção de medidas que permitam a participação de até 30% no capital votante e 45% no total do capital das empresas estatais".